

## CONCEITO, EXPERIÊNCIA, TRABALHO E LINGUAGEM<sup>12</sup>

SCHWARTZ, Yves<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo problematiza o imbricamento e as implicações mútuas entre a experiência laboral e a atividade linguageira nas situações de trabalho.

**Palavras-chave:** Conceito; Experiência; Trabalho; Linguagem.

### ABSTRACT

This article discusses the imbrication and the mutual relations between the labour experience and the linguistic activity in labour situations.

**Keywords:** Concept; Experience; Labour; Language.

Trabalho & Educação – vol.18, nº 3 – set./dez. de 2009

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui o texto de uma intervenção pronunciada no Colóquio “Trabalho e Práticas Linguageiras” organizado pelo CNRS (PIRTTEM) entre 25 e 26 de abril de 1989, em Paris. Foi publicado na Revista *La Pensée*, n.275, mai./jun.1990.

<sup>2</sup> Tradução: Márica Alves Linhares. Revisão: Daisy Moreira Cunha

<sup>3</sup> Filósofo. Professor da Universidade de Provence, França.

As interrogações de um filósofo sobre o lugar das formas e funções da linguagem e da comunicação nas atividades de trabalho parecem não interessar a uma pesquisa cujo sentido é inicialmente linguístico. Pois podemos trabalhar bem cotidianamente com linguistas e ser interpelados de todos os lados pela profusão de pesquisas sobre linguagem, o déficit em cultura próprio da especialização conduz inevitavelmente à ingenuidade.

Entretanto, a preocupação pluridisciplinar convida: se queremos sair dos protocolos confirmados de questões próprias a cada disciplina ou subdisciplina, somos constrangidos a reformulações ingênuas de problemas e conceitos, até mesmo para avaliar posteriormente sua fecundidade. Ora, se é uma questão a princípio ingênuas sobre as relações da linguagem nas atividades de trabalho, é bem dela que eu partirei: interrogar a pertinência das práticas linguísticas para falar da experiência do trabalho.

Tomar como ponto de partida não os *corpus* linguísticos, *mas a noção mesmo de situação de trabalho* e se perguntar em seguida, considerando o que é a linguagem, como a atividade de trabalho “reencontra”, se eu posso dizer, o simbólico, como ferramenta ao mesmo tempo ingrata e fecunda.

Alguém poderia contestar: a experiência é sempre já atravessada de conceitos, nenhuma situação de trabalho pode se descrever “fora” da linguagem. Certamente, mas as coisas não são simples: numerosas pesquisas, ocasiões mais raras de confrontação entre portadores de experiência industriosa e ávidos de conceitualização colocam em evidência o que se poderia chamar “a prova pela atividade”: a existência de uma esfera indistinta de *penumbra simbólica onde se operam entretanto atos sociais eficazes*, indecisa entre o informal e o formalizado. Não há nem ausência total nem plenitude da linguagem, mas colocar em palavras parece *como um nó de problemas*, ao mesmo tempo intrínseco ao trabalho e vulnerável às circunstâncias sociais.

Aliás, historicamente, é preciso admitir que o uso inteligente e socialmente produtivo de si-mesmo precedeu e, portanto, amadureceu sem dúvida as disponibilidades linguísticas. A maior questão que se pode colocar sobre a indústria lítica do *homo habilis*, e mesmo dos australopitecos, é saber como eles geraram as microvariabilidades de tamanho e as aprendizagens de métodos sem dispor, sem dúvida, do formidável depósito amplificador oferecido pelas línguas articuladas posteriores.

De toda maneira, é preciso ser claro: colocar em palavras a experiência industriosa somente se revela *como problema* no espaço de uma *disjunção* e logo de um *trabalho* de convergência operacional a efetuar entre o que seria um pensamento movido pelas urgências vitais e industriosas e a ordem do linguístico, com suas regras de linearidade, sucessão, oposição e suas normas imanentes. Vigotsky, de maneira um pouco fecunda, acreditamos, via na *significação* da palavra o lugar de uma dialética progressiva entre o pensamento definido como ato de generalização, de conceitualização de classe de objetos e estados – já se mostrava, aí, a definição de entendimento de Kant – e a linguagem como mundo de ferramentas discretas, onde o pensamento “se realiza” se decompondo e se reconstituindo através das

palavras, via “linguagem interior”. Num plano mais propriamente linguístico, Emile Benveniste, por exemplo, em sua distinção da semiótica e da semântica se interessaria pela confrontação entre a ideia e a “intenção”, ligados ao circunstancial e à frase, como o lugar de um verdadeiro trabalho de organização do sintagma na frase.<sup>4</sup>

Assim, uma tal disjunção prévia, não importando quais sejam as teorizações que nós lhes atribuímos, deixa escapar um dilema: o que não é dito não é nada, o que é dito está subjugado aos meios pré-codificados de pensar o pensável; ela nos coloca em face de duas formas de antecipação de situações a viver, duas formas heterogêneas na sua natureza e seu funcionamento; de um lado a vida, a experiência, a atividade; de outro, os conceitos cristalizados na linguagem e nas palavras. Duas formas cuja articulação *sempre problemática* produz tendencialmente resultados prodigiosos.

O primeiro ponto indica que *pode* haver um problema de expressão em palavras, já que há dois termos, linguagem e trabalho. Retomemos agora o caminho anunciado: a definição de toda situação de trabalho não conduz a afirmar que *há necessariamente um problema?*

Pode-se discutir se há história humana porque há trabalho, mas de todas as maneiras, viver no elemento da história supõe sempre uma dimensão de patrimônio registrado em uma cultura, saberes, meios materiais, e uma dimensão de processos ou de atividade reconfigurando as aquisições em diversos níveis.

Toda situação de trabalho, nesse quadro, está sempre no cruzamento de dois eixos onde se encontram as duas principais antecipações das quais acabo de falar: uma é precisamente a dos “conceitos”, é a que dá uma compreensão em qualquer espécie *a priori* da situação de trabalho. Seja numa empresa petroquímica: os conceitos científicos e técnicos cristalizados nas instalações, o programa regulando o processo, a organização hierárquica e funcional do trabalho, as regras de gestão, a compatibilidade dos meios... O que eu chamo, assim, o REGISTRO I e que comporta, entre outros, o que os ergomistas denominam por prescrito, as normas pré-estabelecidas da atividade, tem a *linguagem como vetor natural*, como capacidade a generalizar, formalizar, antecipar *in absentia*, portanto conceber. Visa então a situação no que ela tem de relativamente *standard*.

Mas como o reordenamento do trabalho prescrito pelo trabalho real não é um acidente, mas sem dúvida condição de possibilidade e de eficácia de todo o trabalho humano, esse REGISTRO I está, no implícito e no explícito, em permanente renegociação em todos os níveis funcionais e hierárquicos, em função do fato de que a história não cessa jamais de atravessar essa situação particular, e a produção social *em geral*.

Assim, as micro-variações afetando os abastecimentos, os materiais, as variações de produtos, os acasos, as histórias dos indivíduos se articulando em histórias específicas de equipe, as vidas da oficina ou do serviço, a história

---

<sup>4</sup> Émile Benveniste, Problèmes de Linguistique Générale, tome II, p.228-229, Gallimard, Paris, 1950.

da empresa..., nada disso e muitas outras coisas não devem jamais ser ignorados, se queremos compreender a gênese do mínimo ato eficaz em uma situação dada. É o que denomino Registro II, que compele a uma análise *clínica* de toda situação de trabalho. Essa obrigação de análise *clínica* é tão necessária quanto o REGISTRO I que posteriormente, silenciosamente ou explicitamente, quer queira, quer não queira, integrará os acontecimentos do REGISTRO II, escondendo-os.

Cada registro é ele mesmo ambíguo, internamente contraditório: o REGISTRO I mistura traiçoeiramente aquisições verdadeiramente “patrimoniais” e universais (o que faz a norma como racionalidade científica e técnica, base do progresso e da conquista, apta a eliminar por exemplo os aspectos mais penosos ou repetitivos do trabalho) e o que objetiva em um organograma ou regras compatíveis um estado de relações sociais, estratégias ou critérios econômicos, em suma elementos de status heterogêneo.

Do mesmo modo, o REGISTRO II, o da atividade, da reconfiguração das antecipações conceituais, tem somente homogeneidade tendencial: as normas em função das quais os agentes redefinem, recentram em torno deles os dados do REGISTRO I têm relação com as heranças culturais, políticas, os interesses e projetos de vida que cada um deles se reconheceria em um momento particular.

Caso tentemos compreender um ato, uma situação, sem nos interrogarmos sobre complexidades que clinicamente os singularizam, *mutilaremos* a atividade real, e compreenderemos mal no final das contas porque tal empresa se caracteriza por tais índices de produtividade, qualidade... Num dado instante, esses dois registros parecem se opor, mas se desejamos seguir o movimento das coisas, o essencial é compreendê-los em seu tempo, sua dialética: a esses dois registros correspondem mais ou menos atores sociais (mas cada um vive também em si mesmo essa dialética), frequentemente ambíguo, como o é cada um dos dois registros; tendencialmente ainda em nossa sociedade, onde a atividade econômica é submissa aos imperativos do lucro, o REGISTRO I é como que “aspirado” pelos gestores do capital, embora esta não seja uma propriedade de sua natureza. A dialética entre os registros interroga permanentemente, de *maneira virtual*, toda formação social, ela se liga as conjunturas políticas, sociais... Como dizia o médico Ivar Oddone em sua experiência de cooperação com os metalúrgicos da Fiat, pode-se *esaltare* ou *mortificare* a experiência operária. A dialética dos registros se ligam igualmente às conjunturas produtivas: por exemplo, é claro que com o declínio parcial da norma taylorista – caso onde a prescrição é elevada ao extremo no REGISTRO I – e a difusão de “novas tecnologias”, a dialética dos registros deve passar *com todos os riscos* que isto comporta para uma forma mais consensual e explícita nas quais os círculos de qualidade são apenas a ponta do iceberg.<sup>5</sup>

É, portanto, impossível excluir o histórico do trabalho; e é sem dúvida no infinitesimal que isto é mais evidente. É aí, e notavelmente na reconsideração

---

<sup>5</sup> Cf. Ivar Oddone, A. Re, G. Briante, Redécouvrir l'expérience ouvrière, Editions Sociales, Coleção “Problèmes”, Paris, 1981.

dos pressupostos tayloristas, que aparece melhor que o impossível – a estabilidade perfeita das condições e dos objetivos produtivos – é também invivível: como pensava Georges Canguilhem, a pura execução de normas impostas é sintoma de envelhecimento, o taylorismo é uma “loucura racional”,<sup>6</sup> e há então sempre, qualquer que seja a situação, processos de recentramento do REGISTRO I em torno das próprias normas vitais e sociais dos atores.

Aqui, voltamos à expressão em palavras. Se toda situação de trabalho é negociação permanente dos registros, se há sempre recentramento das prescrições e antecipações conceituais em torno de experiências de vida, a linguagem é sempre em parte, e somente em parte, deficiente, mutilante, e à reboque da realidade de trabalho. Enquanto nos REGISTROS I e II se encarnam mais ou menos atores sociais, as dificuldades intrínsecas à descrição linguística das atividades são sobrecarregadas pelos interesses e bloqueios sociais (inclusive as desigualdades no domínio da linguagem); isso faz do acesso à linguagem do trabalho *uma verdadeira micro-dramática* onde o ser social de cada um está em jogo, entre o informal e o explícito. Poderíamos citar todos os exemplos, aceitação, silêncio, mas também de ceticismo, mau humor face às palavras supostas descrever atividades pretendidamente simples (“costurar”, “vigiar”, “encarregar”, “posicionar”...) homogeneizando no indistinto o agir e o ser históricos dos atores não tendo no momento as palavras que ajustariam os conceitos *standards* no eixo da história, como um alvo a acertar.

Mas nossa opinião não é certamente a de que o REGISTRO II seria aquele de uma atividade sem palavra: como então seria possível a dialética dos registros? Além dos bloqueios sociais, a dificuldade intrínseca de retrabalho do simbólico não nos parece impedimento, senão isso seria pensar que o movimento imemorial de emancipação em relação às heranças biológicas, tão bem analisadas por Leroi-Gourhan, seria atualmente bloqueado face à pré-codificação pela qual a linguagem encerraria a experiência industriosa.

A propósito da objetivação de saberes práticos, poderíamos falar de um “impasse cético”. Mas antes de se pronunciar sobre o grau inefável do saber prático, é preciso passar pelo estudo minucioso da dimensão coletiva do trabalho na medida em que o saber prático *deve, em parte*, se expressar em palavras, se sabemos ouvi-lo.

Pensem num organograma do REGISTRO I: ele prevê as cooperações entre atores e as formas canônicas de intercâmbios entre eles. Mas se uma norma coletiva é sempre recriada em uma situação particular (eixo do REGISTRO II), isso implica que os contornos da ação coletiva, portanto as formas e conteúdos de comunicação terão de ser reelaborados *sob os constrangimentos da atividade a gerir*. Um bom exemplo encontramos na pesquisa que temos acompanhado com Daniel Faïta sobre a triagem na SNCF.<sup>7</sup> Apesar de integrar a conceituação do REGISTRO I (princípios, código, funcionamento...) foi necessário que os operadores da Direção Operacional

<sup>6</sup> Bernard Doray, *Le Taylorisme, une folie rationnelle?*, Paris, Dunod, 1981.

<sup>7</sup> “Pour passer le triage au crible”, a introdução do projeto ETNA no transporte de mercadorias da SNCF, centro de pesquisa “Culture, Communications et Forces productives”, Université de Provence/Grupo de pesquisa “Activité”, Grenoble.

da Triagem a remodelem nas formas de produção linguística *que nós não compreenderíamos sem apreender os constrangimentos da situação a gerir.*

Uma vez admitido que o retrabalho linguístico do REGISTRO I no eixo da atividade não é inteligível à *distância* da situação de trabalho, *de onde pode vir essa dificuldade em identificar o trabalho do pensamento operante sobre o material simbólico?* É o que não podemos colocar face a face, como evocamos a propósito de Vygotsky, uma construção simbólica exatamente ajustada à uma situação singular. O fantástico progresso do signo é precisamente de manipular *classes* de objetos ou estados; e o que é pertinente na atividade real em relação à tarefa prescrita é a integração de uma combinação de eventos ou de hipóteses que somente alcançam eventualmente a consciência sob forma de conceitos, de signos (antecipar ou pressentir o *atraso* de um trem). O trabalho de limitação, de retificação, ajustamento de um signo, permanece imanente ao universo dos signos. O que é verdade de um conceito científico, que ele não pode *sozinho* se confrontar à experiência, mas em seu vínculo formalizado com outros, é também, à sua maneira, das palavras dizendo respeito à atividade singular: é *globalmente* que elas se confrontam. Não há correspondência termo a termo entre as complexidades próprias da situação e as complexidades *de agenciamento na linguagem* capazes de recobri-la. Ou bem há o fracasso do simbolismo a ser trabalhado pela experiência singular, ou é o *conjunto* do dispositivo simbólico que é posto em jogo para operar essa regulagem de foco, do REGISTRO I e do REGISTRO II.

Era a questão que se colocava G. G. Granger no “l’Essai d’une Philosophie du Style”: o que deve ser o sistema da língua natural para poder ser trabalhado pela experiência? Ele deduzia daí certas propriedades, distinguindo esse sistema de uma linguagem puramente formal – como a linguagem informática (sistema com estrutura “folhada”, com variedades livres, com redundância virtual...).

Sem esgotar a questão, pode-se dizer, contudo, prolongando essa tese, que todo sistema de inteligência artificial que teria a ambição de antecipar exaustivamente em linguagem formal os atos operatórios, perderia no mesmo golpe sua capacidade a ser trabalhado pela experiência, outra maneira de dizer para nós que ele pressuporia a anulação da história nas situações de trabalho.

De qualquer forma, quanto mais estudamos o trabalho, mais temos a impressão de encontrar vias de acesso aos problemas próprios da linguagem.

Se, portanto, é o conjunto de recursos do simbólico que são trabalhados pela linguagem do trabalho, qualquer um que não esteja disposto ou preparado para ouvir corre o risco de ignorar este esforço. Assim, Daniel Faïta, tentou referir formas sintático-semântico as características próprias do trabalho na triagem.<sup>8</sup> Eu finalizaria retornando a essa dificuldade para falar do “sujeito” do ato de trabalho, frequentemente analisada, se manifestando notadamente por

<sup>8</sup> Cf. Daniel Faïta, “Travailleur collectif et pratiques langagières”. Anais do colóquio: “Travail et Pratiques langagières”. Paris, abril, 1989.

uma diversidade de associações e denominações para uma mesma pessoa (passagem do “a gente” ao “nós”, ao “eu”, etc.).

Esse dilema fecundo – e não desajeitamento da linguagem – que atravessa e mobiliza sintaxe, semântica, às vezes léxico, tem a ver, acredito, com a complexidade real das coisas: distância entre o coletivo prescrito e as cooperações reais, impossibilitados de remeter a uma entidade humana, espacial, temporal, nos contornos delimitados no seio do qual se poderia gerar o processo de engendramento de uma decisão ou de uma operação pertinente (é o caso dos agentes da Direção Operacional de Triagem), diversidade, às vezes contradições de “projetos-heranças”<sup>9</sup> no seio *de uma mesma equipe*... A interferência dos identificadores pode aparecer como um *ato positivo*, utilizando recursos da língua para exprimir a ambiguidade das situações.

Acreditamos, por ter largamente experimentado há 10 anos que tal perspectiva suscita profundamente a competência linguística no campo da pesquisa pluridisciplinar, a condição que simultaneamente os saberes globalmente se obrigam a se fazer ensinar continuamente como a experiência reconfigura seu meio de ação.

A análise da atividade industriosa e do julgamento dos atores sobre o uso que eles fazem deles mesmos me parece concomitante com a análise feita pelo linguísta de “trabalhos de linguagem” que se operam nas atividades de trabalho.

Isso me parece fazer convergir de maneira sadia e fecunda a linguagem como ferramenta do saber e a linguagem como momento de atividade, no fio da navalha da dialética dos registros, entre a cultura como patrimônio e a cultura como processo.

## REFERÊNCIAS

DORAY, Bernard. *Le Taylorisme, une folie rationnelle?* Paris: Dunod, 1981.

ODDONE, Ivar, RE, A., BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Paris: Editions Sociales, 1981. [Coleção “Problèmes”].

SCHWARTZ, Yves. *Expérience et connaissance du travail*. Paris: Messidor/Editions Sociales, 1988.

---

<sup>9</sup> Cf. Yves Schwartz, *Expérience et connaissance du travail*, Messidor/Editions sociales, Paris 1988, capítulo 15.